REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 36 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i36.13293

O GÊNERO PARA A GEOGRAFIA: POR UMA CIÊNCIA FEITA COM, POR E PARA MULHERES

THE GENDER FOR GEOGRAPHY: FOR A SCIENCE MADE WITH, BY AND FOR WOMEN

EL GÉNERO PARA LA GEOGRAFÍA: POR UNA CIENCIA HECHA CON, POR Y PARA MUJERES

Ozileide Matos Moreira
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP)
ozileidem@gmail.com

Resumo

Neste texto, composto como um estudo teórico e de caráter bibliográfico, as relações de gênero são consideradas à luz da Geografia. Para tanto, é traçada a trajetória histórica acerca do surgimento do feminismo no Brasil e da definição do conceito de gênero. Dada a permanência das desigualdades nas relações de gênero, que determinam a produção do espaço e a territorialização dessas relações, o termo empoderamento é compreendido como instrumento utilizado pelas mulheres para se organizarem em função da minimização das desigualdades entre os gêneros. Com base na discussão desenvolvida, a análise de gênero pela Geografia é entendida como oportuna para a ação prática da "re-espacialização" da mulher na sociedade, o que implica em transformações não apenas em suas próprias relações e experiências, mas também no seu cotidiano.

Palavras-chave: Território; Espaço Geográfico; Feminismo; Empoderamento.

Abstract

In this text, composed as a theoretical and bibliographic study, gender relations are considered in the light of Geography. In order to do so, the historical trajectory about the emergence of feminism in Brazil and the definition of the concept of gender is traced. Given the permanence of inequalities in gender relations, which determine the production of space and the territorialization of these relations, the term empowerment is understood as an instrument used by women to organize themselves in order to minimize inequalities between genders. Based on the discussion developed, the analysis of gender by Geography is understood as opportune for the practical action of the "re-spatialization" of women in society, which implies transformations not only in their own relationships and experiences, but also in their daily lives.

Keywords: Territory; Geographic Space; Feminism; Empowerment.

Resumem

En este texto, compuesto como estudio teórico y bibliográfico, se consideran las relaciones de género a la luz de la Geografía. Para ello, se rastrea la trayectoria histórica sobre el surgimiento del feminismo en Brasil y la definición del concepto de género. Dada la permanencia de las desigualdades en las relaciones de género, que condicionan la producción de espacio y la territorialización de estas relaciones, el término empoderamiento se entiende como un instrumento que utilizan las mujeres para organizarse con el fin de minimizar las desigualdades entre géneros. Con base en la discusión desarrollada, el análisis de género por la Geografía se entiende oportuno para la acción práctica de la "reespacialización" de las mujeres en la sociedad, lo que implica cambios no sólo en sus propias relaciones y experiencias, sino también en su cotidiano.

Palabras clave: Territorio; Espacio Geográfico; Feminismo; Empoderamiento.

Introdução

A crescente presença das mulheres em espaços públicos – como universidades, partidos políticos, movimentos sociais, entidades e cooperativas, mundo do trabalho, entre outros – pode ser considerada como um dos fatores relacionados às transformações sociais das últimas décadas, e os estudos de gênero, acompanham tais mudanças, promovendo a articulação de novas abordagens em busca de uma reconstrução social, histórica e geográfica das experiências e conquistas que possibilitaram a participação das mulheres em ambientes antes a elas negados. Por isso, o debate acerca do papel dos estudos de gênero na construção do espaço geográfico torna-se cada vez mais relevante.

Escritoras(es), cientistas e estudiosas(os) têm desenvolvido a discussão sobre as questões de gênero de modo a demonstrar a construção do espaço, das relações e do desenvolvimento da sociedade em meio à presença e atuação conjunta de mulheres e homens. Dessa forma, torna-se possível a análise das relações humanas e de suas conexões com os principais conceitos geográficos a partir do processo de compreensão da interação sociedade e natureza e dos seus rebatimentos socioespaciais na constituição do espaço geográfico.

Como ciência que analisa o espaço, a Geografia incorpora em seus tópicos a interpretação da realidade social construída e construtora do espaço. Conforme enfatiza Moreira (2007), as relações sociais mobilizam todo o arranjo espacial e as condições históricas do presente, como as relações de classe. Assim, o espaço, como história, é parte do recurso de produção social, esfera epistemológica sobre a qual a Geografia deve se debruçar como ciência; já o espaço geográfico é, ao mesmo tempo, conceito e tema de interesse interdisciplinar da Geografia, permitindo o diálogo com as demais áreas do conhecimento que buscam entender os fenômenos sociais. Como ciência social, a Geografia tem o espaço geográfico como principal objeto de estudo, mas para conhecer a totalidade é preciso analisar a realidade a partir de recortes. Nesse viés, segundo reflexão de Santos (1996), o mundo é um só, observado de um determinado prisma em uma dada disciplina, ou seja, a interdisciplinaridade é uma forma de compreensão da totalidade de certa realidade através de recortes, e a Geografia possui essa habilidade como ciência.

Como nem sempre essas pautas figuraram como componente de pesquisa para a Geografia, o estudo das relações de gênero, geralmente, incorpora apenas um desses recortes, mas a anexação de conceitos ligados ao gênero tem possibilitado novos enfoques para essa ciência, que é uma das mais completas no tocante às investigações sobre o espaço e a superfície terrestres. Nesse sentido, analisar as relações de gênero por esse viés significa reconhecer que o espaço geográfico está em constante transformação, constituindo e sendo constituído por esses movimentos, e que, por sua complexidade, para compreendê-lo adequadamente, sua exploração deve ser construída em recortes (REIS, 2015). Assim, como as relações sociais e de gênero são elementos constitutivos da estruturação do espaço e estão intimamente associadas às configurações de classe (VALENCIANO; THOMAZ JÚNIOR, 2002),

incorporar o conceito de gênero na Geografia significa considerar todas as variáveis dos processos de transformação do espaço.

Dada a relevância dessa discussão, a ciência geográfica não foi a única a se movimentar em direção à inclusão desse tipo de agenda em seus debates. Outras ciências sociais e políticas também se movimentaram nessa direção. Fora do espaço acadêmico, os movimentos sociais e feministas se articularam em torno dessa corrente. Segundo Paula (2020), o gênero é um conceito crucial para os movimentos feminista e LGBTQIAP+ e para pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam aos estudos das relações entre os sujeitos. Como todo conceito, no campo científico, o gênero é um campo de disputa, por isso suas definições variam de acordo com a postura teórica e política de cada autor (PAULA, 2020).

Neste artigo, adota-se uma postura que preza pela superação das desigualdades entre os sexos/gênero. Não se defende a supressão das diferenças entre as pessoas, mas sim o pressuposto de que o ser humano deve ser considerado em sua totalidade, desenvolvendo-se (direito ao voto, a candidatar-se, trabalhar, gerir, liderar etc.) conforme seus interesses e habilidades, e não apenas para reproduzir as representações sociais do lugar de homem e de mulher. De forma específica, interessa a este estudo a dicotomia homem/mulher como uma tentativa de indicar de que modo as relações desiguais entre os sexos se perpetuam no espaço rural, observando como o protagonismo de mulheres possibilita novas perspectivas sociais, emocionais, econômicas e políticas. Para tanto, parte-se da perspectiva de que os papéis de gênero foram definidos histórica e socialmente, e de que seus territórios de apropriação e poder foram construídos no bojo das demais construções sociais; e são essas estruturas que determinam onde cada um dos sexos pode exercer poder, mesmo que esse poder ainda tenha reconhecimento díspar para a sociedade. Por isso, fortalecer o debate na Geografia sobre a territorialização do poder consiste em contribuir para o desenvolvimento de relações mais justas e em garantir visibilidade à desconstrução de alguns estereótipos e simbolismos que determinam "o lugar da mulher", sendo esse território quase sempre indicado como um espaço restrito, doméstico e familiar.

Portanto, considerando esse contexto, e diante da utilização da abordagem de gênero por geógrafas e geógrafos feministas, neste artigo busca-se discutir as contribuições da categoria gênero e de suas abordagens para o desenvolvimento da Geografia, por meio (i) da exposição sobre a introdução do feminismo no Brasil, bem como de algumas definições aplicadas ao conceito de gênero, (ii) do debate sobre relações de gênero e da noção de empoderamento como objeto de estudo da Geografia, além dos seus possíveis desdobramentos na ciência, e (iii) da caracterização dos territórios de poder e gênero na perspectiva da liderança, protagonismo e participação social diante dos entraves em uma realidade ainda demarcada pela desigualdade de gênero. Quanto ao aspecto metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica do tema e das categorias teórico-analíticas em estudo.

A introdução do feminismo no Brasil e definições de gênero

Símbolo de luta no mundo ocidental, desenvolvido nas décadas de 1960 e 1970, em um momento de efervescência da contestação e mobilização social de diversos grupos caracterizados como oprimidos e marginalizados, o movimento feminista despontou com a intenção de superar a construção social na qual predominava o androcentrismo. Diferentemente dos movimentos com participação feminina, os movimentos feministas tinham como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a sobrepujar as desigualdades presentes nas relações entre os sexos. A discriminação de questões diretamente ligada às mulheres envolveu tanto críticas à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero (FARAH, 2004).

Concomitantes a esse processo, importantes mudanças socioeconômicas também favoreceram a mobilização feminina, dentre elas estão a entrada progressiva da mulher no mercado de trabalho formal e o avanço dos níveis de instrução – processo aliado às mudanças demográficas, como a crescente diminuição da taxa de fecundidade, resultante da disseminação de métodos contraceptivos químicos – e do aumento da expectativa de vida das mulheres. Vale destacar que essas transformações ocorreram em períodos, intensidade e localidades distintas, tanto nos países europeus e nórdicos como nos países da América Latina. Como resultado, essas mobilizações ampliaram o leque das reivindicações – do questionamento dos papéis sexuais no relacionamento privado homem/mulher à própria cultura ocidental.

Na década de 1960, tanto na Europa como nos Estados Unidos, o feminismo já vigorava como tema social relevante, mas no Brasil ele despontou enquanto movimento social apenas após 1975, ampliando o debate público sobre poder, igualdade e democracia. Para as mulheres, primeiras ingressantes desse movimento – reunindo-se em grupos e coletivos, fundando centros e associações, lançando jornais –, a concepção de democracia foi ampliada para as esferas da família, do trabalho, da educação, da violência e da saúde, além dos direitos civis e políticos (PITANGUY, 2003).

Atualmente, o feminismo enquanto movimento social – e seus fluxos e refluxos, considerando que existem diferenças entre suas correntes, pressupostos teóricos e práticas políticas – continua a suscitar inquietações de compreensão para o senso comum. Nesse viés, ao discutirem essa diferenciação, Sardenberg e Costa (1994) defendem, como ideia central de seus estudos, a priorização da igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, pressupondo o surgimento de uma consciência de gênero feminina, na qual estariam projetadas e reelaboradas as desigualdades vivenciadas por algumas mulheres em determinados momentos históricos. E, como o movimento social questiona a hierarquia nas relações de gênero, ou seja, entre homens e mulheres na sociedade e seus amplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, jurídicos), são essas diferenças que distinguem o movimento feminista de outros movimentos de mulheres.

No entanto, por ser um movimento complexo, definir feminismo não é uma tarefa simples,

pois o termo faz parte de um processo enraizado no passado e construído no cotidiano, não possuindo um ponto pré-determinado de chegada; contemplando, por se caracterizar como um processo de transformação, contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. *A priori*, esse movimento surgiu como resultado de experiências comuns de mulheres que buscavam recriar as relações interpessoais sob um prisma em que o *feminino* não fosse menor ou desvalorizado (ALVES; PITANGUY, 2003). Assim, considerando a assimetria de poder nas relações interpessoais, o feminismo procurou em sua prática, enquanto movimento social, superar as formas tradicionais de organização permeadas por assimetrias e autoritarismo. Dito de outra maneira:

> O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades "femininas" ou "masculinas" sejam atributos do ser humano em sua global idade. [...]Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar etc. (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 9-10).

O feminismo é um movimento que luta por autonomia em um espaço marcadamente político, defensor da especificidade da condição de dominação da mulher (PINTO, 2003). Sem dúvidas, essa é uma questão central para as sociedades que têm a condição de dominado como comum para a maior parcela da população, cujas mulheres, de diferentes classes sociais, enfrentam uma gama de problemas diversificados. Portanto, o feminismo resulta das experiências comuns de mulheres que sentem e articulam a identidade de seus interesses, de direitos que lhes são negados em favor dos homens, isso porque, de acordo com Sardenberg e Costa (1994, p. 84), "[...] a consciência de gênero é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. "

No Brasil, o pensamento feminista foi introduzido no século passado, por Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), com as obras *Opúsculo humanitário*, de 1835, *Conselho à minha filha*, de 1842, e *A mulher*, de 1856. A principal obra de Nísia Floresta, *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, foi inspirada no livro *Vindications of the Rights of Woman*, de 1792, de Mary Wollstonecraft, primeira feminista inglesa. Realizando uma tradução livre da obra de Wollstonecraft, além da interpretação da língua, Nísia Floresta aponta os principais preconceitos existentes no Brasil contra seu sexo e identifica as causas desse preconceito, desmistificando a ideia dominante da superioridade masculina. As reflexões de Nísia Floresta marcam o despertar de uma consciência crítica da condição feminina na nossa sociedade, ainda que não tenham ecoado entre seus contemporâneos, o que demonstra como o pensamento da autora estava à frente do seu tempo (DUARTE, 2002).

De modo geral, o século XIX é considerado como um período opressivo para as mulheres, mas

também de conquista, como evidenciam os registros das historiadoras francesas Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, em *História das mulheres no Ocidente*. Segundo elas, esse século "[...] assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política" (FRAISSE; PERROT, 1991, p. 9). A melhor definição para essa época é a de um momento histórico em que a vida das mulheres se altera e "[...] se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã" (FRAISSE; PERROT, 1991, p. 9).

Seguindo essa conjuntura, assim como ocorreu em outros países, o primeiro movimento feminista politicamente organizado no Brasil foi o sufragista, com raízes na luta iniciada no século XIX pelas abolicionistas. Como primeira luta organizada das mulheres brasileiras, o sufragismo registrou um percurso nacional que pleiteava o direito do voto feminino, cujo desenvolvimento no país contou, entre suas pioneiras, com as ideias revolucionárias de Bertha Lutz (1894-1976). Recém-chegada da Europa, e diante da realidade de um país onde a mulher não dispunha de direitos políticos, embora um conjunto cada vez mais expressivo da população feminina se enquadrasse no requisito mínimo para a cidadania – a educação formal –, Bertha viu-se impelida à luta pelo voto feminino (GARCIA, 2015).

No Brasil, o feminismo, *a priori*, pode ser analisado por meio de três vertentes de pensamento: (I) a luta pela inclusão das mulheres no mundo político, cujo objetivo consistia em garantir o reconhecimento dos direitos políticos, até então restritos aos homens, como o direito ao voto e à candidatura; (II) o feminismo difuso, que se refere à manifestação de mulheres da vida pública (jornalistas, professoras e escritoras) que não se privavam do direito de expressar seus pensamentos e opiniões; e (III) as motivações das mulheres já inseridas no mercado de trabalho e de grande desenvolvimento intelectual, influenciadas pelo ideário dos regimes anarquista e comunista (PINTO, 2003). Desde então, o movimento feminista já assumiu várias formas de luta, diferentes bandeiras e múltiplas facetas, e "[...] já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal" (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 95).

Apesar de o período não ser tão longo, a pauta de lutas e reivindicações desse movimento no Brasil é extensa, e mesmo diante de todas as limitações desses movimentos já podem ser contabilizados significativos avanços com a inclusão de pautas específicas em atenção às demandas do gênero feminino nas políticas públicas nacionais. As estratégias e ações voltadas à equiparação entre os sexos e os programas de combate à violência doméstica, de acesso ao crédito rural para mulheres agricultoras e de atenção à saúde são alguns exemplos de conquistas desse processo em médio e longo prazos, afetando positivamente o conjunto da população e não apenas grupos específicos, injetando mais força e legitimidade para se constituírem e se caracterizarem como políticas de Estado.

No Brasil, desde a origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, na década de 1980, as principais questões levantadas direcionaram-se (i) à legalização e ao reconhecimento da profissão de agricultora, visando superar a situação de doméstica nas atividades na agricultura e a invisibilidade produtiva da mulher trabalhadora, (ii) aos direitos sociais, como aposentadoria, pensão por viuvez,

licença maternidade e direito à sindicalização, e (iii) às questões relacionadas à saúde da mulher. Posteriormente, passaram a compor as pautas as questões relacionadas ao acesso à terra, ao crédito e às demandas de gênero, mais propriamente ditas (PAULILO, 2000).

Cabe enfatizar que os movimentos feministas e de mulheres são dois processos diferentes, estando os primeiros envolvidos nos debates e na organização desse campo, interferindo nas políticas e participando das coordenadorias e das políticas sociais, possuindo visibilidade e voz, multiplicando os espaços femininos de atuação, estando presentes nas ONGs, passeatas e protestos, por exemplo; já os movimentos de mulheres são mais numerosos, mas bem menos visíveis. O que tem mais visibilidade social e política nesse movimento é a demanda da qual são portadoras – creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos ou equipamentos de saúde etc. (GOHN, 2010). Para os movimentos de mulheres (e/ou) feministas, o principal objetivo consiste em garantir a participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão, além de comportar temas diversos voltados às áreas de atuação específicas, como violência doméstica, direitos sexuais e reprodutivos, educação, trabalho e participação política, ainda que nem sempre obtenham reconhecimento social e/ou potencialidade como objeto de políticas públicas.

Ao tratar da questão conceitual, Sardenberg (2010) destaca que, no viés teórico, o conceito de gênero não substitui a categoria social mulher, nem a torna menos importante em relação às pesquisas, intervenções e análises sobre as mulheres enquanto grupo social discriminado. Ao contrário, possibilita que se pense a categoria gênero como uma construção social historicamente específica, com uma estrutura legítima de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Além disso, a categoria gênero também favorece a imersão na diversidade da condição e da experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e espaço. Sem dúvidas, as representações de gênero na sociedade acontecem de muitas formas, cercadas de modelos, símbolos e preconceitos reproduzidos por gerações, como o fato de meninos terem maior autonomia e poder para explorar os espaços públicos e os relacionamentos, enquanto as meninas e mulheres precisam ser recatadas e discretas, biologicamente determinadas às funções domésticas e reprodutivas.

No livro *O segundo sexo*, publicado em 1949, a filósofa existencialista francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) questiona as visões estabelecidas sobre as categorias sexo e gênero e refuta a determinação biológica para os comportamentos dos indivíduos. Nesse livro, a autora lança bases para a luta pelos direitos das mulheres ao questionar a condição de inferioridade da mulher, que, para ela, não deve ser entendida como algo destinado, pois ninguém

> [...] nasce mulher: torna-se. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

A partir dessa afirmativa, Beauvoir (1980), categoricamente, defende que é a sociedade que define o gênero de cada indivíduo, e essa condição não pode ser atribuída como algo natural e biológico, mas sim como uma definição social. Nota-se, com base nas concepções da autora, uma tentativa de desconstruir a ideia do natural como justificativa para a desigualdade entre os gêneros, suscitando, assim, o debate acerca dos direitos iguais para homens e mulheres. Esses papéis de gênero são apresentados aos sujeitos desde a infância, influenciando sobremaneira na construção de sua identidade. Assim, o gênero aparece, já nesse período inicial de construção da personalidade do indivíduo, como uma forma primária de dar significado às relações de poder, não como único campo, mas como um meio persistente e recorrente de significar essas relações no Ocidente (MOREIRA, 2016).

Dividida em duas partes compostas de diversos subconjuntos, que devem ser analisados de forma distinta, o núcleo da definição de gênero elaborada por Scott (1990) repousa em uma conexão integral entre a primeira proposição, que compreende o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais e criado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e a segunda proposição, que entende o gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder. Portanto, nessa perspectiva, a identidade de gênero é construída no bojo das relações sociais, que vai do nascimento até a vida adulta do sujeito, mas sem rigidez.

Avançando no debate do tema e problematizando o binarismo, a maior parte da produção da filósofa Judith Butler que trata dos estudos de gênero data de meados da década de 1990, apresentando um aprofundamento da proposta desconstrucionista, e sob a influência da subjetividade, linguagem e performatividade de gênero (PAULA, 2020). Para Butler (2015), ser de determinado gênero não representa tudo que aquele sujeito é, pois o

> [...] gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de "gênero" das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2015, p. 20).

Um dos pontos basilares do trabalho de Butler diz respeito ao questionamento do caráter natural das diferenças anatômicas entre homens e mulheres. Como pensadora pós-estruturalista, defende a visão de que o gênero é fluido e se encontra além de oposições biológicas pré-discursivas e socialmente reforçadas, não sendo, portanto, algo acabado, mas em devir, complexo (PAULA, 2020). Nessa perspectiva, concebida

> [...] originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a

> distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (BUTLER, 2015, p. 26).

Também originado do pensamento de Butler, outro efeito importante é o suporte para as teorias *queer* e a inclusão dos movimentos sociais de lésbicas, gays, transgêneros, bissexuais, transexuais, travestis, intersexos, dentre outros excluídos sexuais, no feminismo. Vale observar que, na perspectiva de Butler (2015), o gênero se sustenta enquanto categoria, ainda que sozinho não consiga responder a todas as variáveis implicadas na formação dos sujeitos, isso porque, de acordo com Bourdieu (1989, p. 34), "[...] cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto, sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes. " Desse modo, no sistema capitalista de produção, essas estruturas são organizadas a partir da concepção de propriedade privada e de continuidade da herança, isto é, no patriarcado, por meio do qual os homens, historicamente, se apropriam do poder a eles concedido como direito total e pleno sobre a mulher e a prole.

Para Saffioti (2004), o conceito de patriarcado serve de base para a construção social do regime de dominação – exploração das mulheres pelos homens –, representando um tipo hierárquico de relação presente em todos os espaços sociais, uma relação civil e não privada. Em outras palavras, o patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres. Além disso, por possuir base material e se corporificar, o patriarcado diz respeito a uma estrutura de poder sustentada na ideologia e na violência. Ainda conforme destacado por Saffioti (2004), o sistema patriarcal é milenar e está impregnado na sociedade e no Estado; e como os demais sistemas sociais, apesar de estar em constante transformação, o patriarcado se mantém e é documentado desde as origens da Roma antiga. No modelo do patriarcado, a percepção de gênero está inserida em um padrão de submissão da mulher em relação ao homem, reflexo de um longo e permanente processo de condicionamentos sociais e de opressão, por isso a identidade de gênero dos sujeitos é incorporada por meio dos comportamentos traçados e reproduzidos ao longo da história da humanidade, o que determina os papéis sociais que cada um dos sexos deve exercer, expressando nas interações sociais sua feminilidade ou masculinidade.

Relações de gênero e empoderamento como objetos da Geografia

Dada sua relevância na compreensão das estruturas sociais, orientando-as e as definindo, as relações de poder atraem e são difundidas por todo o tecido da sociedade, constituindo-se como parte intrínseca de todos os tipos de relação entre os indivíduos. Nesse sentido, o exercício do poder é também um caminho de possibilidades, uma ação que bate e rebate sobre sujeitos livres; no caso do tema em

estudo, observa-se que as relações de gênero possuem uma dinâmica própria e, ao mesmo tempo, são articuladas com outras formas de desigualdade e dominação. Portanto, considerando que quando se trata de relações de poder o que está posto é o privilégio de uns em detrimento de outros. Para Bourdieu (2011, p. 50), as relações de gênero são relações de poder nas quais o masculino é tomado como referência, submetendo as mulheres a uma violência figurada, pois "[...] a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos." De acordo com esse argumento, o poder é compreendido como uma relação binária entre os sexos, em que masculino e feminino se tornam polos antagônicos dentro de uma lógica constante de dominação e submissão. Cabe enfatizar que o poder não é, necessariamente, um fator negativo, ao contrário, é a capacidade de decidir, inicialmente, sobre a própria vida e, ao mesmo tempo, a do outro.

A manutenção do poder do homem tem sido reproduzida, ainda nos dias de hoje, pela privação dos direitos da mulher, e um deles é a privação dos meios de aquisição de renda, quando a mulher fica impossibilitada de receber remuneração, já que o trabalho reprodutivo e doméstico majoritariamente não é assalariado, ou por não ter acesso à renda do parceiro, ou ainda por não gerir a própria renda. Nesse contexto, como uma forma de exercício de poder e dominação, e de controle sobre o corpo do outro, estabelecido por meio de violação da integridade física e emocional e autenticado por relações sociais camufladas como protecionistas ou direcionadas pelos papéis de gênero, a simples liberdade de ir e vir é negada às mulheres. Isso comprova que a reprodução do poder masculino é excludente, legitimada pelas construções sociais. Ainda assim, a luta do movimento de mulheres não concerne à retirada do poder dos homens, mas sim à conquista do que, historicamente, a elas foi negado, como o direito de decidir sobre sua vida, já que há uma desigualdade real entre os poderes conferidos para cada um dos sexos.

A Geografia ignorou por muito tempo a variável gênero como elemento de diferenciação social; e deixar de lado essa análise reduz a compreensão da sociedade a um conjunto neutro e homogêneo, desconsiderando as profundas diferenças na ocupação/utilização do espaço por homens e por mulheres (REIS, 2015). No entanto, mesmo que com certo atraso, a adoção e as análises da Geografia diante das abordagens de gênero têm avançado, caminhando para uma percepção mais completa no tocante ao papel das relações sociais, com a especificidade de cada gênero para a produção e reprodução social do espaço geográfico. Na década de 1970, período em que acontecia grande efervescência nos movimentos feministas, a Geografia incorporou a perspectiva de gênero e diversos estudos que englobavam as questões feministas – a chamada Geografia de Gênero representou um avanço importante para a Geografia Humana.

> Muito embora, hoje, se tenha uma diversidade de temas e enfoques sobre a mulher na Geografia, no início, os estudos se caracterizaram pela busca de uma identidade própria que exigiu o estabelecimento de bases conceituais e metodológicas precisas para o desenvolvimento das pesquisas. Assim, os estudos de gênero iniciados no final da década de setenta, originários dos Estados Unidos da América do Norte, Canadá, Grã Bretanha, França, Itália e Holanda constituem uma expressão acadêmica do movimento das mulheres (FRANCISCO, 2011, p. 28).

Uma abordagem da perspectiva feminista na produção do espaço, segundo afirma Silva (2003), exige uma visão diferenciada, atenta aos sutis movimentos do cotidiano, ao microssocial e aos grupos sociais marginalizados do poder. Por serem consideradas questões menos relevantes na análise do espaço geográfico, a Geografia centrou seus estudos nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como instância supraorgânica, e, por isso, o gênero foi tratado como uma questão secundária. Ainda de acordo com Silva (2003), o conceito de gênero se tornou objeto da Geografia Humana ao se considerar que o elemento humano é essencial para toda a Geografia; e a cultura é uma construção permanente determinada pela relação indivíduo e sociedade, o que complexifica as relações de poder e define suas características, pois são práticas incrustadas nas ações pessoais e coletivas dos atores signatários.

Nesse viés, para a maioria das geógrafas feministas, encontrar uma posição teórica além do discurso hegemônico que institucionalizou a invisibilidade feminina na Geografia não foi uma tarefa simples. Conforme observações de Silva (2003), os estudos "tradicionais" se caracterizam pela neutralidade científica, em direção apenas a algumas diferenças ou especificidades das relações de gênero e espaço. Por isso, em uma sociedade marcada por processos de exploração, essas diferenças devem ser analisadas à luz das relações de poder.

De acordo com Francisco (2011), os primeiros estudos que incorporaram a perspectiva de gênero na Geografia demonstraram suas origens políticas e evidenciaram questões relacionadas à desigualdade do *status* da mulher na sociedade e na ciência geográfica. Esses trabalhos buscavam dar visibilidade à mulher, a seus trabalhos, experiências e papéis, de modo a documentá-la em toda a sua diversidade. Nesse sentido, segundo explicações de Monk e Ramon (1987), os primeiros estudos feministas na Geografia foram marcados por duas temáticas: a crítica da Geografia que supunha a experiência masculina como equivalente à experiência humana; e a descrição empírica da Geografia das mulheres, cuja finalidade consistia em demonstrar como ela se diferenciava da dos homens.

Sobre a busca de um marco teórico que possibilite compreender as desigualdades entre homens e mulheres, o fragmento a seguir é sobremaneira relevante:

> A geografia feminista se tem centrado em explicações que tomam em consideração os fundamentos ideológicos das distinções de gênero nas sociedades patriarcais e as bases econômicas que se inter-relacionam com elas, e tem identificado o capitalismo como uma causa fundamental das desigualdades padecidas pelas mulheres (MONK; HANSON, 1989, p. 35).

A partir de então, geógrafas e geógrafos do mundo todo passaram a desenvolver teorias e procedimentos metodológicos que fomentassem mais estudos e possibilitassem maior conhecimento científico sobre a construção do espaço geográfico por homens e mulheres. Nessa perspectiva, a

interseccionalidade dialoga de forma bastante assertiva com a Geografia, já que possibilita a superação do princípio dualista e binário que prevalece na ciência. Através da análise da diversidade existe a possibilidade de articulações identitárias na abordagem espacial, já que as pessoas vivenciam de forma simultânea e diferenciada várias identidades – gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade, religião, deficiência funcional, entre outras –, de modo a experimentarem um constante movimento dessas intersecções pelo tempo e espaço (SILVA; SILVA, 2014; PAULA, 2020).

De modo complementar, Nast (1994) acrescenta que as relações entre poder e epistemologia são centrais nas discussões teóricas, ressaltando que o simples fato de uma percepção distinta entre homens e mulheres na organização espacial cria múltiplas aproximações e possibilidades de produção de conhecimento. Desse modo, a utilização de gênero como categoria serve de atributo para explicar as relações de poder na produção do espaço, revelando as condições e disparidades em seu exercício, já que comumente as mulheres estão em condições de subalternidade de espaços e poderes.

As reivindicações dos movimentos feministas, especialmente os das trabalhadoras rurais, sempre enfrentaram certa resistência por parte do Estado e da própria sociedade, o que torna ainda mais evidentes as conquistas de muitas dessas demandas, mesmo que as carências de muitas outras e a disparidade de direitos continuem a vigorar entre homens e mulheres (MOREIRA; DIAS, 2020). Nesse sentido, as associações e os movimentos de mulheres têm a função de promover um empoderamento coletivo para dar consistência e visibilidade a essa luta.

De sentido polissêmico, o termo empoderamento é oriundo da língua inglesa, apropriado pelos movimentos sociais por direitos civis e utilizado amplamente até os dias de hoje pelos movimentos de mulheres. Segundo explicações de Carvalho (2004, p. 1090),

> "Empowerment" é um conceito complexo que toma emprestado noções de distintos campos de conhecimento. É uma ideia que tem raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da "ação social" presentes nas sociedades dos países desenvolvidos na segunda metade do século XX. Nos anos 70, este conceito é influenciado pelos movimentos de autoajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 90 recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social entre as quais a prática médica, a educação em saúde e o ambiente físico.

Assim, esse termo está diretamente ligado ao desenvolvimento de potencialidades e ao aumento de informação e percepção, visando à participação real e simbólica e viabilizando a democracia. A palavra poder é a gênese da construção do termo empoderamento, e o seu conceito é bastante aplicado às relações sociais. Contudo, enquanto na ciência política o termo poder é geralmente vinculado ao Estado e à dominação, opressão, abuso e autoritarismo, na proposta utilizada pelo feminismo, o termo representa emancipação e forma de resistência. No Brasil, o educador Paulo Freire foi o primeiro a

traduzir *empowerment*, termo criado pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport, que, em 1977, transformou o verbo "*to empower*" ("dar poder") no substantivo "*empowerment*", com a intenção de destacar a necessidade de dar às minorias oprimidas meios para adquirirem autonomia e para o próprio desenvolvimento (RUI, 2020). Nesse sentido, o termo "empoderamento", adaptação feita para o português, veio a calhar para alguns dos ideais do movimento feminista.

Para Sen (1997), empoderamento é o processo de ganhar o poder, tanto para controlar os recursos externos como para o crescimento da autoestima e da capacidade interna. Na perspectiva feminista, é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres, e representa a superação de relações baseadas em valores patriarcais, especialmente a familiar. Apoderar-se é um desafio ao poder dominador do homem e à manutenção dos privilégios típicos da condição masculina, o que promove, ainda, a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a subalternidade da mulher. Diante disso, ganhar poder sobre si corresponde a uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade e do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e às violações (MOREIRA, 2016). Nesse sentido, há o pressuposto de que o empoderamento das mulheres é um caminho para a equidade de gênero, a partir da lógica de que o primeiro passo deve ser o despertar acerca da discriminação de gênero, ou seja, reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com a situação e querer transformá-la.

Territórios de poder e gênero: liderança, protagonismo e participação social

Para empoderar-se é necessário apossar-se do poder, e o poder é exercido a partir de territórios e de relações estabelecidas diante da apropriação do espaço por uma ação conduzida. Ao se apropriar ou ocupar um espaço concreto ou abstrato, o ator/atriz o territorializa. Além disso, o território é também um espaço onde se projeta o trabalho, seja energia ou informação, e onde se revelam estruturas marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1980), como é o caso das relações de gênero. Considerar os territórios de poder a partir do viés de gênero significa compreender que os espaços, especialmente os públicos, como locais de poder e fala, são restritos ao papel de provedor construído e mantido pelo patriarcado como símbolo de dominação e controle. Nessa lógica, pode-se observar que, apesar das mudanças sociais e das conquistas dos movimentos feministas, ainda não se constituem como realidade a igualdade e a oportunidade de direitos entre os sexos, bem como não se mostra notadamente documentada a participação feminina em todos os espaços sociais em que se faz presente e com destacada atuação.

Alguns autores, como é o caso de Sen (2000), buscam evidenciar o papel das mulheres na reconstrução da cultura e transformação social, enfatizando o papel ativo da condição de agente das mulheres para a promoção do bem-estar social.

> O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do desenvolvimento com liberdade (SEN, 2000, p. 235).

Partindo de uma constante quebra de paradigmas, a mulher foi alcançando espaços e aumentando sua participação no mercado de trabalho formal, passando a ocupar ou a ter cargos ou funções de liderança em empresas, em espaços político-partidários e nos movimentos sociais. No entanto, a ascensão da mulher em posições de liderança é lenta, tendo em vista que persiste a discriminação e o preconceito aos estereótipos socialmente atribuídos às mulheres, como aqueles relacionados às questões físicas (fraqueza, hipersensibilidade e emoção) e à maternidade (gestação e amamentação). Essas associações fazem com que as mulheres tenham menor aceitação para postos de comando pela necessidade de se ausentar para "cuidar" da prole, ou por não ter as habilidades mentais, físicas e emocionais necessárias para a assunção de funções políticas e de cargos de gerência e administrativos. Para essas funções, opta-se por características predominantemente atribuídas ao homem, como o pensamento lógico, o individualismo, a força e a racionalidade.

Dados da pesquisa internacional Business Report (IBR): Women in Business (AUMENTA..., 2017), conforme Figura 1, realizada pela agência *Grant Thornton* com mais de 2.500 empresas em 36 países – sendo 150 desses executivos, brasileiros –, indicam que, em 2017, o número de mulheres em cargos de CEO e diretorias executivas no Brasil atingiu 16%, com crescimento de 5 pontos percentuais em relação ao ano de 2016 (11%) e 11 pontos percentuais em relação ao ano de 2015 (5%). O Brasil aparece à frente da média global, cujos dados mostram que o percentual de mulheres em cargos de liderança é de 12%. Entre os países pesquisados, a Tailândia é o que possui mais mulheres em cargos de liderança, com 40%; e com os piores indicadores estão Austrália e Irlanda, com 3%, e Nova Zelândia, com 2%.

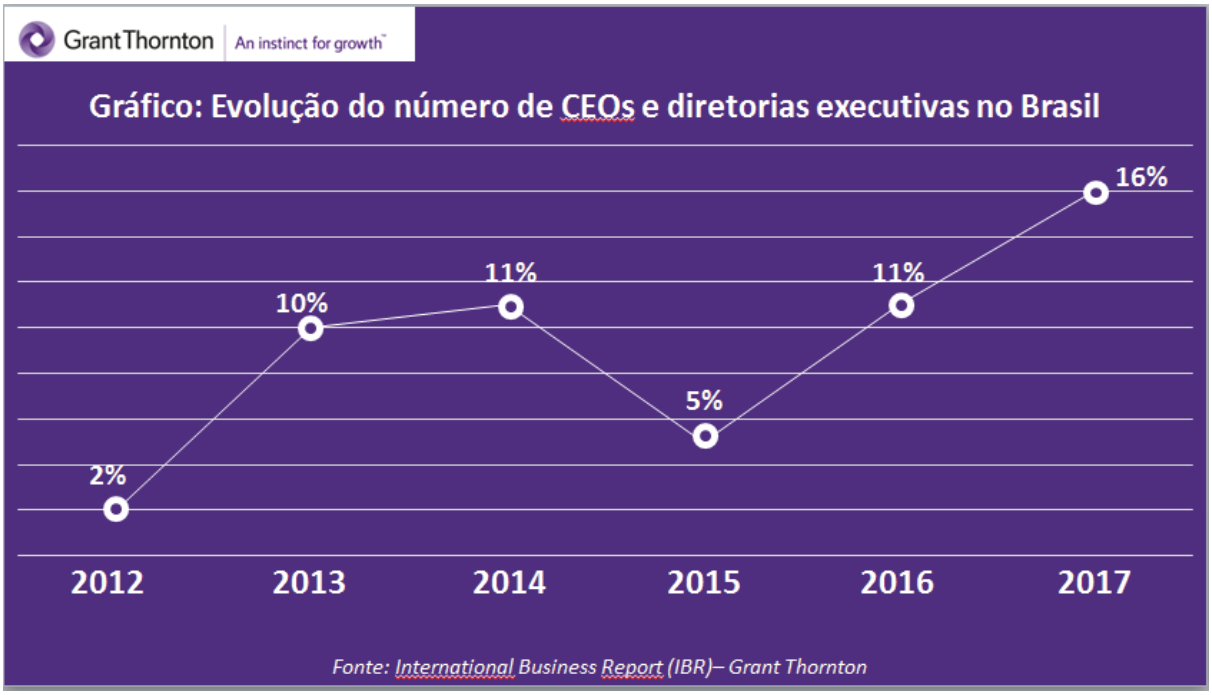


Figura 1 – Evolução do número de CEOs e diretorias executivas no Brasil. Fonte: (Aumenta, 2017)

Considerando a pesquisa supramencionada, Madeleine Blankestein, sócia da *Grant Thornton*, afirma que a "[...] ascensão de mulheres aos cargos de liderança é resultado natural de alguns fatores como perfil empreendedor, excelente qualificação e melhor sensibilidade da mulher que exerce cargos de liderança" (AUMENTA..., 2017). Segundo ela, essas características seriam fundamentais na busca de resultados e também no relacionamento e engajamento da equipe de trabalho (AUMENTA..., 2017). Nesse contexto, ainda que o número de homens em cargos de poder continue superior ao de mulheres, o cenário, como resultado da pressão das mulheres para ocupar esses espaços de poder, tem lentamente se transformado. A esse respeito, a mesma Madeleine Blankestein observa que, "[...] mesmo com o crescimento das mulheres em cargos diretivos nos últimos anos, é evidente que ainda há um grande espaço a ser conquistado, podendo ampliar a presença das mulheres em todos os níveis das corporações" (AUMENTA..., 2017).

A presença feminina no exercício da gestão pública é um evidente sinal das transformações sociais, com o aumento de políticas públicas e de atenção às demandas específicas do gênero no contexto em que estão inseridas. Quanto à participação política, a relação entre homens e mulheres é também hierarquizada, e a própria dinâmica dessa atividade, do funcionamento dos partidos e das linguagens e valores políticos reconhecidos são frequentemente estabelecidos com base em modelos masculinos. Tais características "validam" o espaço público e administrativo como próprio dos homens, sendo destinado às mulheres o espaço privado, geralmente, como cuidadoras do lar. Acerca desse debate, Gonçalves (2007, p. 201-202) afirma que "[...] lideranças femininas que exercem o poder de forma

eficaz contribuem para a desconstrução de estereótipos negativos relativos ao exercício de poder pelas mulheres", entretanto as "[...] lideranças femininas que fracassam no exercício do poder contribuem para reforçar tais estereótipos", como se os homens não errassem.

As restrições à participação vivenciada pelas mulheres em alguns âmbitos sociais e políticos não as imobilizam, mas as despertaram para a criação de outras formas de inserção (GONÇALVES, 2007), através do voluntariado, do sindicalismo e da militância em movimentos sociais, meios encontrados por muitas delas para superar lacunas presentes na sociedade, mobilizando as companheiras de luta para demandar providências do poder estatal e alcançar caminhos para que elas mesmas pudessem ocupar esses espaços.

No Brasil, há inúmeros registros da presença de lideranças femininas em movimentos, especialmente da Igreja Católica, entre o final da década 1970 e início da década de 1980, tendo como marcos organizacionais para o engajamento feminino as Comunidades Eclesiais de Base, os clubes de mães e – o mais atual – a Pastoral da Criança e a Pastoral da Mulher Pobre (SADER, 1988; ANJOS, 2008). No contexto das mulheres rurais, a Igreja Católica também ocupa um papel muito importante enquanto movimento que culmina na ocupação de espaços de liderança.

Assim como no espaço urbano, o espaço rural continua atravessado pelas relações de trabalho patriarcais, por isso a busca pela igualdade de direitos e visibilidade nesse espaço é parte de uma luta árdua, que se constrói por meio da ruptura com a estrutura patriarcal prevalecente. Nessa perspectiva, os movimentos de mulheres têm ampliado as discussões sobre a importância da participação da mulher no espaço público, e o empoderamento é um instrumento importante para que elas se tornem as principais representantes nas ações políticas das quais participam; protagonistas na luta pelo desmoronamento dos mecanismos de subalternidade feminina.

Sem dúvidas, não se muda uma sociedade apenas com a participação em uma escala micro do plano local, mas é a partir desse plano que se dá o processo de transformação coletiva, pois é na espacialidade de um dado território que se concentram energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder específico daquela região; no lugar onde essas experiências ocorrem ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se sustenta da solidariedade como valor humano. No entanto, a presença e a atuação das mulheres nos espaços e entidades que representam são fundamentais para os territórios, por promoverem ações que possibilitam o desenvolvimento local e a atenção às demandas da coletividade. Além disso, concernente à influência da atuação das mulheres nas entidades, a principal conquista trata-se do direito a ter direitos, do direito à participação nos espaços, ao acesso ao espaço político e às políticas públicas, à associação, à sindicalização, à formação e ao trabalho nos grupos de produção. Em suma, do direito ao conhecimento de seus direitos, à denúncia de abusos e ao ganho da autonomia econômica.

Considerações finais

Estabelecidas desde os primórdios da humanidade, as relações desiguais de gênero são socialmente construídas, reconstituindo-se de sociedade em sociedade e de tempos em tempos; mas, embora no decorrer das últimas décadas se verifique uma ampliação das discussões a respeito do assunto, continua a ser um tema emergente. A assimetria entre os gêneros permanece, o que se torna evidente pela quantidade de estudos que analisam a condição da mulher e as relações desiguais estabelecidas entre os sexos. Nesse contexto, o desafio posto aos movimentos de mulheres e feministas é o de registrar uma história que lhes foi negada, cujo protagonismo feminino está subentendido. Evidentemente, a sociedade ainda assegura a manutenção dos papéis "masculinos" e "femininos", sempre de forma hierarquizada, mas cada vez mais as mulheres desenvolvem estratégias de poder para a conquista dos espaços almejados. Para transformar essa realidade, em que a mulher se mantém constantemente à margem, em uma relação de poder historicamente definida, são necessárias estratégias de transformação, reação, participação, desconstrução e reconstrução de modelos, elementos simbólicos, comportamentos, práticas, normas, imagens, representações e valores.

A história tem mostrado que não há mudanças sem ruptura. No caso do espaço público, o processo de transformação é ampliado, pois o bem-estar coletivo é prioridade sobre os interesses pessoais; e a participação social contempla esse contexto, haja vista que provoca mudança na vida das pessoas diretamente envolvidas com ela. Em alguns casos, essas transformações são constantemente positivas, e em outros é preciso romper alguns padrões e relações para que o processo mais amplo em benefício do coletivo tenha continuidade. Sob tal perspectiva, a Geografia, assim como as demais ciências humanas e ciências sociais aplicadas, precisa incluir de forma concreta em seus objetos de estudo a versão e atuação específicas das mulheres na constituição do espaço e das interações nele estabelecidas. Os fenômenos sociais, políticos e culturais aos quais são submetidas as relações de gênero, pautados no binômio dominação/subordinação, não devem ser tomados como parâmetros únicos para analisar tais relações, especialmente a posição da mulher. Apesar da presente dominação masculina, percebe-se a ocorrência de mudanças por meio do posicionamento feminino na sociedade e de sua inserção em atividades fora do seu espaço domiciliar, em tarefas consideradas como produtivas, especialmente por serem remuneradas.

Ocupar espaços fora do âmbito doméstico proporcionou autonomia às mulheres e reforçou sua consciência sobre seus próprios direitos. Essa mudança permitiu uma importante transformação social na família, nos valores e nos papéis usualmente atribuídos às mulheres, pois o empoderamento ocorre quando há uma transformação na posição tradicional de submissão da mulher ao homem, quando ela reage e passa a assumir o controle das decisões a respeito de sua vida, das suas opiniões, dos seus bens e da sua sexualidade. Quando isso ocorre, observa-se que as decisões dentro do espaço doméstico familiar deixam de ser unilaterais.

Analisado por outro viés, o processo de expansão dos territórios de poder na vida da mulher

provoca transformação em toda a relação familiar, já que passa a dividir com o homem responsabilidades anteriormente exclusivas dele, como o sustento da família. Ao ser liberado dos estereótipos de gênero, o homem também pode viver novas experiências emocionais. Dessa forma, a ação prática de "reespacialização" da mulher na sociedade implica em transformações não apenas em suas próprias relações e experiências, mas também na de seus companheiros(as) e familiares.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANJOS, Gabriele dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 31, p. 509-534, jul./dez. 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

AUMENTA o número de mulheres em cargos de CEOs e diretoras executivas no Brasil, aponta Grant Thornton. **Jornalwebdigital**. 2017. Disponível em: http://jornalwebdigital.blogspot.com/2017/03/aumenta-o-numero-de-mulheres-em-cargos.html. Acesso em: 20 jul. 2022.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo** – fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. *In*: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária editorial, 2002. p. 55-81.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Sérgio R. Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de Promoção à Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1088-1095, jul./ago. 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, v. 1, p. 171-188, 2002.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira do feminismo brasileiro – séc. XIX. **Mulheres e literatura**, Rio de Janeiro**,** ano III, n. 32, abr. 2002. Disponível em: https://litcult.net/2012/07/06/nisia-floresta-brasileira-augusta-pioneira-do-feminismo-brasileiro-sec-xix/. Acesso em: 20 ago. 2022.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, v. 1, p.

47-71, jan./abr. 2004.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Criação e Crítica**, São Paulo, n. 20, p.40-55, 2018.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Ordens e liberdades. *In*: DUBY, George; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres**: o século XIX. Portugal: Afrontamento, 1991. p. 10-15.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. Geografia de gênero e trabalho familiar: algumas considerações. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 27-36, jan./jul. 2011.

FREIRE, Paulo. Desmitificação da conscientização (Conferência, México, 1971). *In*: TORRES, Carlos Alberto. **Consciência e história**: a práxis educativa de Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 1979. p. 105-118.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do movimento feminista no Brasil**. São Paulo: Nova Alexandrina, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Betânia Diniz. Participação e consciência política: análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 201-204, jun. 2007.

KARAWEJCZYK, Mônica. Breves considerações sobre a conquista do voto feminino no Brasil. **Revista Veredas da História**, *s. l.*, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541- 553, 2001.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Temas de Geografia feminista contemporânea. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, v. 14, p. 31-50, 1989.

MONK, Janice; RAMON, Maria Dolores. Geografia feminista: uma perspectiva internacional. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, v. 10, p. 147-157, 1987.

MOREIRA, Ozileide Matos. Mulher pode poder: empoderamento e demandas de gênero no território do sisal-BA. *In*: FEIRA DO SEMIÁRIDO: DIÁLOGOS ENTRE O CAMPO E A CIDADE E OS DESAFIOS PARA OS TERRITÓRIOS, 10, 2016, Feira de Santana. **Anais** [...]. Feira de Santana: UEFS, 2016.

MOREIRA, Ozileide Matos; DIAS, Acácia Batista. Memórias da Construção de uma trajetória de participação social por mulheres no Território do Sisal-BA. *In*: SANTOS, João Diógenes Ferreira dos; CUNHA, Tânia Rocha Andrade; DIAS, Acácia Batista. (Org.) **Entrecruzando saberes**: gênero, sexualidade, memória e violência. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 47-66.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

NAST, Heidi. Opening Remarks on Women in the Field. In: **The Professional Geographer**, vol. 46, n° 1, p. 54-66, 1994.

OLIVEIRA, Francisco Malta de; FERREIRA, Maria da Luz Alves. A atuação feminina na Polícia Militar: considerações sobre a segregação sexual do trabalho. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 7, n. 1, p. 1-16, jul./dez. 2013.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **A bela flor do/no campo**: por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo. 2020. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de pesquisa**, Florianópolis, n. 21, p. 1-18, jun. 2000.

PINTO, Céli R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil. **Cepal/Eclac. Mujer y Desarrollo**, *s. l.*, p. 30, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

REIS, Maria Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015.

RUI, Simone L. Gênero, empoderamento e território: construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n. 16, v. 1, p. 45-60, mar. 2020.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. *In*: ALVES, Ivia *et al*. (Org.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37-74.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. *In*: BRANDÃO, Maria L. R.; BINGEMER, Maria C. L. (Org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: Corpo e Cidadania, 1990.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SEN, Gita. Empowerment as an approach to poverty. *In*: **Background paper to the human development report**. India: Unpublished paper, 1997.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 31- 45, 2003.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. *In*: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Org.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014, p. 17-35.

VALENCIANO, Renata Cristine; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe? **Scripta Nova**, Barcelona, v. 6, n. 119, p. 2-14, 2002.

Notas

1 Neste texto, ensaio algumas reflexões teóricas fundamentais à construção da tese Políticas públicas para mulheres rurais e desenvolvimento local no Território de Cidadania do Paranapanema-SP (título ainda provisório), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), sob a orientação da Dra. Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol.

2 Segundo Arendt (1988), o espaço público é constituído pela aparência e visibilidade, sendo também produto humano, espaço da palavra e da ação, atividades condicionadas pela condição humana da pluralidade; e a esfera pública é o local do discurso, constituindo-se, desse modo, em espaço de liberdade, visibilidade e, por conseguinte, política.

3 Criado pelo sociólogo americano Lester F. Ward, em 1903, esse termo está intimamente relacionado à noção de patriarcado, ainda que não se refira apenas ao privilégio dos homens, mas também à forma como as experiências masculinas são consideradas como experiências de todos os seres humanos e como norma universal tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina. Nesse sentido, a tendência quase universal de se reduzir a raça humana ao termo "o homem" é um exemplo excludente que ilustra um comportamento androcêntrico (OLIVEIRA; FERREIRA, 2013).

4 Pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nascida no Rio Grande do Norte, em 1810. Após residir em diversos estados brasileiros, como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, mudou-se para a Europa, onde passou o resto de sua vida. Nísia Floresta morreu em 1885, em Rouen, uma pequena cidade do interior da França. Em um tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito, quando o ditado popular dizia que "o melhor livro é a almofada e o bastidor", com tinha foros de verdade para muitos, Nísia Floresta dirigia um colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia muitos livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.

Deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa (DUARTE, 2002).

5 Livro que deu à autora o título de precursora do feminismo no Brasil e, talvez, até mesmo da América Latina, pois não existem registros de textos anteriores realizados com tais intenções. O texto revolucionário de Mary Wollstonecraft havia sido publicado em Londres, em 1792, como uma resposta à Declaração Universal dos Direitos do Homem. Nesse mesmo ano surgiu a tradução francesa e, nos anos seguintes, diversas outras edições. Rapidamente, o livro se tornou conhecido e repercutiu na Europa e Estados Unidos, consagrando o nome de sua autora como a pioneira na defesa dos direitos da mulher (DUARTE, 2002).

6 Bertha Lutz é sempre apresentada como a líder inconteste do movimento feminista brasileiro. Nascida em 1894, em São Paulo, era filha de Adolpho Lutz, especialista em medicina tropical, e Amy Fowler, enfermeira inglesa. Diplomou-se em biologia pela Universidade de Paris, e em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. No ano de 1919, concorreu, com êxito, a uma colocação de secretária no Museu Nacional do Rio de Janeiro, tornando-se a segunda mulher a ocupar um posto no serviço público brasileiro (KARAWEJCZYK, 2010).

7 O novo Código Eleitoral, promulgado em 1932, garantiu às mulheres o direito ao voto e a serem votadas, mas ainda de modo facultativo. Essa prerrogativa seria exercida, pela primeira vez, na eleição da Assembleia Nacional Constituinte de 1934. O Brasil se tornou o quarto país da América a estabelecer o voto feminino, após Canadá, Estados Unidos e Equador (MARQUES, 2019).

8 A teoria *queer* questiona as epistemes (pressupostos de saber), daquilo que é reconhecido como verdade sobre ser feminino ou sobre ser masculino. Essa teoria lança um olhar sobre uma perspectiva comprometida com os socialmente estigmatizados, como desviantes das normas sociais padronizadas sobre ser homem ou ser mulher, construídas pela mediação cultural e determinadas por fatores biológicos. Para Butler (2002, p. 64), o "[...] gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva." Por considerar que os demais já estão social e adequadamente inseridos, a teoria *queer* se distingue dos demais estudos sobre gênero que tratam sobre *gays* e lésbicas (LOURO, 2001; FIGUEIREDO, 2018).

9 A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

10 Existe um debate de *empowerment versus* conscientização embasado nas obras de Freire (1979), de conscientização como apoderamento dialético da realidade social.

11 Para Heleieth Saffioti (1999), o conceito de patriarcado é base da construção social do regime de dominação- exploração das mulheres pelos homens, em um tipo hierárquico de relação presente em todos os espaços sociais, sendo uma relação civil e não privada. O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres.

12 Entendemos por Golpe em 2016 o processo de *impeachment* presidencial de Dilma Rousseff (PT), eleita democraticamente em 2014.

13 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que vem sofrendo com o desmonte das políticas sociais desde o contexto do Golpe de 2016 e, sobretudo no atual governo Bolsonaro (2019-2022), foi transformado em 2021 no Programa Alimenta Brasil (PAB).

14 Cabe ressaltar que uma pessoa pode ser beneficiada várias vezes ao longo do ano pelo programa.

15 Até 2012 a produção comprada pela CONAB era entregue diretamente às entidades. Após 2013 passou a ser entregue às prefeituras municipais, cabendo a elas identificar e selecionar as pessoas que seriam atendidas. Por isso as informações do Quadro 1, referem-se aos anos de 2010, 2011 e 2012.

16 Disponível em: <conab.gov.br/images/arquivos/paanet/Criterios_PAA_CDS_Conab_2019.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

17 "Fundada em 1994, a PURA POLPA foi criada em virtude da grande expansão da fruticultura na região de Guaraçaí-SP, município que se destacava como o maior produtor de abacaxi no estado de São Paulo. A dificuldade em escoar toda a produção através do tradicional mercado de frutas "in natura" fez com que alguns produtores pensassem em industrializar o excedente da produção. Daí nasceu a PURA POLPA, dedicada a produzir polpa de frutas congeladas". Disponível em: https://purapolpa.com.br/sobre/. Acesso em: 07 jul. 2021.